

Da República Digital 1.0 – 2.0 – 3.0 – 4.0

Manuel David Masseno

Porto / Maia – 16/10/2010



IPBeja
INSTITUTO POLITÉCNICO
DE BEJA



UBINET
Laboratório de Redes
e Computação Ubíqua

16 DE OUTUBRO

REPÚBLICA(S) E NEOREPÚBLICANISMO(S)

VI COLOQUIO INTERNACIONAL DO INSTITUTO JURÍDICO INTERDISCIPLINAR



SALÃO HONRE DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO
Sessão de Abertura
9:00: Abreção da Magistralidade da Universidade do Porto, do Director da FDUPE do Director de EI

República(s), Monarquia e outros dilemas
9:30: Francisco Valente, UCL - Paris II – República ou Monarquia
9:40: Vítila Santiago Guerra Filho, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – República e Constitucionalismo dos Direitos

República e Sociedade
10:00: Carlos Lopes, CRC Universidade Nova – República e Democracia

Presidência da Mesa: Cláudia Teófilo, CIE, FDUPE
10:30: Ricardo Lacerda, Universidade de Coimbra (Lisboa) – Republicanismo, Economia e Socialismo
10:40: João Laranjo, Universidade de Coimbra – República mental e Solidariamente possível

Neorepublicanismo
11:00: Presidência da Mesa: Leão Bato, FDUPE
11:30: Francisco Teófilo, Doutor em Filosofia VCP – O Republicanismo Político
11:50: Henri Dubois, Universidade de Lausanne, Canadá – Neorepublicanismo, Liberalismo e Comunidade
11:50: Ryszard Maciejowski, Universidade de Łódź, Cracóvia – Neorepublicanismo e Direito

República e Instituições
12:00: Presidência da Mesa: João Pereira de Amorim, FDUPE
12:30: Pedro Delgado Alves, Universidade de Lisboa – Princípio Republicano e Teoria da Carga Pública
12:45: Cláudia Semedo, Universidade Católica Portuguesa – Família e República
12:55: Patricia Rossett, Instituto de Legislação Jurídica – Parlamentarismo e República

13:05 | Mesa Redonda
Moderador – João António Melo, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Comandantes dos trabalhos de mesa: Luís Miguel Pereira de Vasconcelos, FDUPE; António Lemos Soares, Universidade do Minho; Luís Botelho, DCS; José Carlos Costa, Escola de Ciências Jurídicas, FDUPE

QUINTA DA CAVERNARIA
João Carlos Securidade de Aguiar Santos, UCL
Ar. Pedro Joaquim Edes de Machado, UCL, Coimbra: 228 753 231

República, Desafios, Futuro
Presidência da Mesa: João Costa, Faculdade de Direito de Braga
15:00: Cristina Gomes, FDUPE – República e Direito Internacional
15:30: Manuel David Masseno, Instituto Politécnico de Beja – República e mundo digital
15:40: Luís Sérgio de Melo, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa – A República Portuguesa, Foz de Marão

República, Ética e Estética
Presidência da Mesa: Paulo de Sousa, FDUPE
16:00: Maria Lúcia de Paiva Oliveira, UCL, Federação Estado do Rio de Janeiro – A República e sua imaginação: uma aproximação entre os justos políticos e artísticos
16:30: Natalia Cuervo, Membro do Orden dos Advogados (Portugal) – República, Ética e Estética
16:40: Luís Botelho de Sousa Soares, UCL, Macieira, São Paulo – República e Pátria

17:00: Crónicas de Lisboa, Universidade de Coimbra – Como a Literatura Desmora o Monarca
17:30: Susana Tóris, CIES – Virtudes republicanas das Amigas / Virtudes republicanas dos Cidadãos
17:50: Presidência da Mesa: Rui Borges, IEFDUPE
Comandantes dos trabalhos de mesa: ECL, UFRS, Tribuna e outros estudantes

18:05 | Sessão de encerramento
Presidência da Mesa: Vítila Santiago Guerra Filho, PUC, SP / UCL
Abreção do encerramento do Director de EI, Paulo Ferreira de Castro, Inaugurando esta distinção com tributo pelo Dr. Sérgio e a atribuição de tributo de menção honorária a este Dr. EI



Instituto Jurídico Interdisciplinar
da Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Objetivo central: um esboço de *cartografia das Repúblicas futuras*

- Consideração dos cenários, hoje, previsíveis em termos de Governo/Governança e de Democracia Eletrónicos **atendendo às**
- Contando com as possibilidades tecnológicas de comunicação e interação que enformam a tipologia identificada como Internet (1.0), 2.0, 3.0 e 4.0 **sempre à luz da**
- Participação política pressuposta pelo *Republicanismo*
- **Uma sucessão de tipos sem uma cronologia sequencial**

A República 1.0

- **eGov mais simples:** o Estado-Administração surge nas vestes de um prestador de serviços à “Sociedade Civil”
 - disponibilização do acesso a informação: Leis e outras Fontes do Direito, Documentação Administrativa, Registos
 - interação, limitada, dos particulares com a Administração Eletrónica
 - procura de alternativas mais económicas à “Administração de Proximidade”, com desinvestimento nos territórios físicos
 - redução dos custos de contexto das empresas, como a saída possível de promoção da competitividade no quadro de processos como o da “Estratégia de Lisboa”
- **Ausência de uma consideração de e-Cidadania**

A República 1.0

○ Portugal

- ✓ Uma *vertigem tecnocrática*: o *Programa Simplex* e o *Plano Tecnológico*



- ✓ Portais de acesso e interação limitada, para as empresas e os particulares

PORTAL DA EMPRESA
Mais simples, do início ao fim.

PORTAL DO CIDADÃO

Citius

- ✓ Integração digital a realizar através da Escola



A República 2.0

○ **Cidadania eletrónica limitada**

- a informação começa a ser estruturada com base em ontologias
- a blogosfera e as redes sociais como plataformas de comunicação pública (*v.g.* Blogues da Comissão Europeia) e, sobretudo, de cidadania
- comunicação política interativa, sobretudo em épocas eleitorais
- utilização de sistemas de apoio à decisão administrativa e judicial
- geolocalização restrita, sobretudo com finalidades económicas e de planeamento
- “colaboração wiki” em iniciativas pontuais da Administração
- sufrágio eletrónico representativo

○ **Portugal**

- Plataforma de blogues da Assembleia da República

A República 3.0

○ **Cidadania Eletrónica plena**

- generalização da “Web Semántica”
- começo de um exercício da “cidadania” em mundos virtuais (como o Second Life), incluindo o ativismo sindical
- o ciberativismo político e de expressão de cidadania (*v.g.* Candidatura de B. Obama)
- a Administração Eletrónica e Judicial correntes passam a assentar em sistemas de Inteligência Artificial
- democracia referendária eletrónica, de exercício permanente
- a “participação wiki” nas decisões administrativas e financeiras, *v.g.*, com orçamentos participativos interativos
- controle capilar da ação dos Poderes Públicos, com a transparência em contraponto à vigilância generalizada

○ **Portugal**

- Candidatura de Fernando Nobre à Presidência da República

A República 4.0

- **Abertura a outras cidadanias**
 - a continuidade cognitiva Homem-Máquina
 - a superação da necessidade de sistemas representativos
 - uma computação ubíqua generalizada, *v.g.*, RFID, e geolocalização permanente e generalizada
- Consideração de formas de Cidadania para as “Máquinas Inteligentes”, com uma libertação dos “ciberescravos”, o que supõe:
 - ✓ uma “**Inteligência Artificial Forte**” - identidade ontológica entre o pensamento humano e o pensamento das máquinas (A. Turing), e já não “**Inteligência Artificial Fraca**”- apenas uma simulação e reprodução dos processos intelectuais humanos (J. Searle)
 - ✓ e uma “**Subjectividade Intencional**” dos Agentes Inteligentes, (G. Sartor), já que tendem racionalmente a objetivos, estão dotados de estados psicológicos análogos aos humanos e o seu comportamento é imprevisível